

Apresentação do Dossiê

O presente dossiê temático apresenta a interação entre duas áreas de análise que se complementam virtuosamente.

O desenvolvimento dos estudos históricos é um dos traços distintivos do movimento intelectual do século XIX e, nesse sentido, a História era definida como ciência e esse novo campo se inscrevia, de acordo com a ideologia herdada das Luzes e da Revolução Francesa. Assim, o fazer história oitocentista está baseado numa relação que compreendia aquele fazer como a ação dos chamados grandes homens do processo histórico (reis, presidentes, almirantes e embaixadores) envoltos em uma produção de história marcadamente política (a ação dos Estados-Nação) e baseada em fontes oficiais e escritas. Após o movimento dos Annales (1929), o produzir história foi expandido para outras modalidades como a cultural e a econômica numa perspectiva que também podia ser das massas anônimas, das classes sociais e dos excluídos, baseados em fontes plurais como iconográficas, orais e, obviamente, a escrita. Tudo isso em uma ótica que pode ser interdisciplinar com a Geografia, a Antropologia e as Relações Internacionais.

Já as Relações Internacionais, se estabeleceram como disciplina autônoma a partir de 1919, com a preocupação inicial de tentar explicar um fenômeno de imensas proporções como a I Guerra Mundial. Em termos acadêmicos, pode-se traçar que as origens da disciplina se encontram no Direito, posteriormente se afinando para os cursos de Ciência Política, no século XVIII. O estudo de como Estados se relacionam foi ampliado, ao longo do tempo, com a inclusão de outros atores, como empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, indivíduos, religiões etc.

Portanto, a integração das duas análises (cada qual com metodologias e sustentações teóricas próprias), se feita de maneira virtuosa, permite que ambas contribuam mutuamente para ampliar a visão dos acontecimentos, enriquecer os achados analíticos e colaborar decisivamente para tirar lições do que aconteceu, de modo a aplicar tais conhecimentos em fenômenos atuais, tirando lições de como se dever agir (ou não).

Os quatro artigos presentes neste dossiê confirmam a possibilidade de tal ciclo virtuoso. O primeiro texto, "Ação Naval e Diplomática da Grã-Bretanha e o Fim do Tráfico Intercontinental de Africanos Escravizados para o Império do Brasil (1849-1851)", da autoria do Prof. Pedro Gustavo Aubert, mostra como a forte

pressão diplomática e naval do Império britânico ameaçou a soberania brasileira em nossas águas jurisdicionais afetando o equilíbrio da política interna do Império do Brasil e colocando sob pressão o domínio dos conservadores (saquaremas) no governo central. Tudo isso, em um momento em que a expansão da plantation cafeeira nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais gerava demanda para a vinda maciça de escravizados do continente africano para as terras brasileiras. Desse modo, a robusta pesquisa do autor evidencia que a estratégia dos saquaremas (em particular de Paulino José Soares de Souza), diante a intimidação vinda de Londres, propagandeava a heroica resistência dos nacionais ao imperialismo britânico (com o objetivo de preservar o apoio das elites escravistas) quando, na realidade, assumia, por medo de invasão, o compromisso de extinguir o tráfico intercontinental.

Já o segundo, "The Norfolk-Pará route: american steamships in the commerce between Brazil and the United States of America (1840-1860)", da Prof.^a Ilana de Macedo Vaz, debruça-se sobre o intrincado balé diplomático e comercial derivado da proposta dos EUA em instituir e solidificar uma rota comercial entre Norfolk (Virgínia) e Belém (Pará). Entre os vários elementos presentes, destacam-se a importância do relacionamento comercial entre os dois países (com predominância do café), a necessidade de expansão geopolítica dos EUA pelo Caribe, a preocupação brasileira em fomentar indústria naval autóctone e, em termos velados, uma das contradições básicas do posicionamento externo brasileiro no período. Enquanto buscávamos a livre navegação no Prata, mesmo não tendo soberania sobre a jusante, defendíamos o controle da navegação no Amazonas, justamente por termos controle sobre a foz. Com sólida pesquisa documental das preocupações diplomáticas brasileiras, especialmente em Washington e Nova Iorque, o texto evoca diversas semelhanças com temas que ainda hoje nos desafiam, ou seja, o nível de abertura possível, em termos de comércio internacional, de modo que a nosso potencial inserção compense as inevitáveis transformações internas subsequentes.

O terceiro texto, "Limitações orçamentárias e políticas ao desenvolvimento do poder naval brasileiro no Atlântico Sul do oitocentos (1831-1870)." do Prof. Pedro Henrique de Souza Ribeiro, é um elegante e extenso estudo da constituição do Estado-Nação imperial. O autor fazendo uso das ferramentas analíticas da Nova História Militar mostra a dinâmica da política institucional do Império do Brasil em relação ao poder naval brasileiro em um momento histórico marcado pelo receio da quebra da unidade nacional e de ameaça à soberania da nação. Ao dar enfoque em questões orçamentárias, às forças operativas e aos debates parlamentares, de maneira dinâmica e original, o autor se distancia do fazer história da Velha História Militar, geralmente focados na factualidade, na curta duração e na centralidade dos grandes homens.

O quarto texto, "Navegação de cabotagem no Brasil: história, desenvolvimento econômico e o poder naval", da Prof.^a Erika de Almeida Ribeiro e Caio Moreira Siqueira, é uma bela e ampla análise do histórico do setor, com todos os desafios

enfrentados ou por enfrentar, culminando na leitura da Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022, conhecida como Lei BR do Mar. Ao amalgamar a análise histórica propriamente dita com elementos de Economia Industrial, passando por questões de relacionamento internacional, os autores lançam luz para um aspecto fundamental em termos de desafio para o nosso país. Afinal, pode-se afirmar que, dos chamados países continentais, somos o que utiliza de forma menos eficientes os modais de transporte. Ao mostrar todos os elementos necessários para reverter o quadro de obsolescência forçada, os autores apresentam possíveis soluções e não se esquivam de demonstrar a extensão dos desafios, especialmente no tocante às crescentes responsabilidades do Poder Naval para garantir a eficiência e segurança de todo o sistema.

Logo, podemos dizer que o Dossiê cumpre plenamente com os objetivos originalmente traçados, de mostrar a possibilidade de reforço mútuo entre História e Relações Internacionais para a análise do Poder Naval.

Prof. Dr. Leonardo da Costa Ferreira
Prof. Dr. Wellington Dantas de Amorim